

Salários, contratos, fundações, CERT, expansão: é preciso avançar nessa pauta!

Na defesa intransigente dos valores democráticos, do direito da população ao ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis, da qualidade de vida e das nossas condições de trabalho na USP, a Adusp, desde a sua criação, tem se empenhado em trazer ao debate as informações necessárias e os aspectos críticos imprescindíveis para o devido encaminhamento desses tópicos.

É nesse contexto que temos denunciado a inexistência do Regime Jurídico Único (RJU) na administração pública do Estado de São Paulo, e como decorrência a inaceitável existência de contratos precários na nossa universidade, que continuam a ser realizados à margem de qualquer ordenamento jurídico e ético, por mais que os tribunais já tenham se manifestado a respeito.

Vivemos a situação absurda de se exigir, dos escolhidos nos processos seletivos, que assinem declaração de ciência de que sua contratação junto a USP “poderá ser regida pelo Estatuto da Universidade ou pelas normas da CLT”, sendo que na verdade o contrato celebrado não corresponde a nenhuma dessas legislações! Como pretende a Reitoria tratar de modo consistente da indiscutível necessidade da expansão das vagas, se sequer os contratos docentes se encontram regularizados?

No que concerne às fundações, conforme amplamente demonstrado no dossiê de repercussão nacional, publicado nos três últimos números da *Revista Adusp*, fica evidente o

quanto essas instituições têm servido para desvirtuar o caráter público da universidade, propiciando a exploração indevida da credibilidade da sigla USP, transformando-a em “grife” voltada para concretizar interesses privados sob a justificativa reducionista e perversa de que assim nos tornamos eficientes no prestar serviços à comunidade.

Como conseqüência descaracteriza-se o regime preferencial do exercício da docência, o RDIDP, desagregam-se as relações de isonomia imprescindíveis à administração pública e produz-se tal monta de conflitos de interesse que a instituição como um todo fica ameaçada, como demonstra

o fato de a resolução em vigor sobre as fundações jamais ter sido cumprida. Por outro lado, a que se encontra no CO na verdade apenas reduziria a participação da comunidade nas decisões futuras a respeito. Nesse contexto, é fundamental que todas as contas das fundações tornem-se públicas, que se permita a avaliação ampla das relações de cada fundação com a USP, desde que a resolução atual foi editada, e que a universidade reavalie a legislação em vigor que permite a flexibilização do RDIDP.

Quanto à CERT, mesmo após todas as denúncias das arbitrariedades a respeito (disponíveis no dossiê específico acessível na página eletrônica da Adusp), a comissão conti-

nua a pedir relatórios individuais a docentes, ainda quando estes se encontram fora do regime de experimentação, e mesmo após concurso de ingresso na carreira. E isso se dá enquanto o reitor recém-empossado declara que, no seu entender, a comissão “deveria retornar à estrutura e termos de referência originais, isto é, ao controle dos regimes de trabalho”, não mais cabendo à CERT a avaliação docente, ficando essa restrita aos Departamentos e Unidades!

Chegamos aos salários e o panorama não muda. Por mais que a Adusp e as demais entidades que compõem o Fórum das Seis militem por uma

política salarial duradoura e que dê conta de recompor efetivamente o poder aquisitivo dos vencimentos a cada ano, os governos e as reitorias têm insistido no equívoco, para dizer o mínimo, de adjetivar nossas reivindicações como “políticas”.

Não respondem de forma positiva aos argumentos que sustentam, por um lado, possibilidades efetivas de concessões, como a verificada ao final do ano passado que permitia um reajuste de 1,5%, ou um abono de 19% do salário de um Professor Doutor, MS-3, em dezembro. Além disso, resistem a avançar em conjunto com as entidades, na discussão do encaminhamento da questão das aposentadorias que hoje saem da cota-parte de 9,57% do ICMS líquido do Estado pa-

ra a USP, Unesp e Unicamp, fazendo com que a expansão do sistema ou o necessário atendimento do custeio se dê, indevidamente, às custas dos salários.

No sentido de criar as condições necessárias ao devido enfrentamento desses temas, é fundamental que a USP se disponha efetivamente a abrir a discussão sobre a revisão dos seus regimentos e que, no governo do Estado de São Paulo, ocorram ações no sentido de se caminhar na atual “autonomia” para a elaboração de uma Lei Orgânica das Universidades, que permita viabilizar políticas duradouras de financiamento, expansão, salários e previdência no que concerne ao sistema estadual de educação superior.

É nesse quadro que nos avizinhamos do início do ano letivo. Temos consciência da responsabilidade das nossas ações e da qualidade do debate que temos travado e pretendemos continuar a travar na defesa dos direitos dos docentes e dos princípios que regem nossa entidade. Sabemos, porém, que só conseguiremos avançar nessa pauta se ela for abraçada pela categoria em cada unidade, em cada departamento, no cotidiano de nossas atividades, independentemente de diferenças de concepções sobre essa ou aquela questão.

Acreditamos que os elementos para o tratar desses temas estão postos e contamos com o necessário engajamento de todos na superação de cada um deles, visando o renovar de nossas perspectivas em 2002.

Só conseguiremos avançar nessa pauta se ela for abraçada pela categoria em cada unidade, em cada departamento

Adusp toma medida judicial contra regime de experimentação de 6 anos

Após a greve do Judiciário, foi distribuída e terá andamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que a Adusp impetrou contra a USP, em outubro de 2001, sob o nº 84.978.0/7 no Tribunal de Justiça de São Paulo, pleiteando reconhecimento judicial da inconstitucionalidade do artigo 6º *caput* e 1º da Resolução 3533/89, que de-

termina que o docente que ingressar em RDIDP deve se submeter a um período de experimentação de seis anos, podendo este prazo ser dilatado por mais dois anos por decisão da CERT.

Emenda 19

A Adusp entende que, embora a USP goze de autonomia administrativa, suas normas devem se coadunar com

as disposições constitucionais, não havendo fundamento para diferenciar os docentes da USP dos demais servidores públicos, cujo cumprimento do estágio probatório, que está relacionado à aquisição de estabilidade, está fixado em dois anos, conforme artigo 28 da Emenda Constitucional 19, de 4/6/98, para os atuais servidores em estágio probatório.

Além disso, o alongar do período de experimentação, que prevê relatórios bianuais durante sua vigência, acaba por expor os docentes às muitas arbitrariedades da CERT, conforme temos amplamente debatido. Por esses motivos, a medida foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros na reunião do Conselho de Representantes em 11/09/2001.

Andes-SN solidariza-se com PT e pede punição de assassinos

Em carta assinada pelo presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher, a diretoria da entidade solidarizou-se com o Partido dos Trabalhadores em razão dos crimes que vitimaram os prefeitos de Campinas e Santo André. A seguir, a carta enviada ao deputado federal José Dirceu:

“A Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) dirige-se aos companheiros do Partido dos Trabalhadores para manifestar seu mais irrestrito repúdio diante dos recentes acontecimentos que ceifaram as vidas de Toninho e de Celso Daniel.

A escalada de violência contra militantes dos movimentos de oposição — sindical, partidário etc. — não é gratuita. Ela decorre da barbárie promovida pelas reformas neoliberais impostas pelos organismos internacionais. Em crise de legitimidade, frações da coalizão de classes atualmente no poder lançam mão da violência para se perpetuarem.

A inexplicável demora no pleno esclarecimento do crime contra Toninho e a ausência de efetiva punição dos culpados — em especial dos

mandantes — tornam os governos FHC e Geraldo Alckmin coniventes com a ação covarde e brutal. Alternativamente, as forças sociais democráticas, comprometidas com a transformação social, precisam atuar de forma unitária para coibir esse processo de violência política.

O Andes-SN estará em ação, junto com todas as entidades democráticas da sociedade civil, para trabalhar no sentido de barrar o ‘ovo da serpente’. Preocupa-nos sobretudo a veiculação de uma organização neofascista, auto-denominada FARB, que se propõe a eliminar fisicamente militantes das organizações democráticas, em especial do Partido dos Trabalhadores. Desde o infausto incêndio do Reichstag, organizações de direita praticam violências que são imediatamente atribuídas às forças de esquerda. A defesa da vida dos nossos militantes caminha *pari passu* com a liberdade de organização e expressão. Ao manifestarmos nossa solidariedade — que solicitamos seja encaminhada à família de Celso Daniel — colocamo-nos ao lado dos companheiros para toda e qualquer atividade de denúncia e de exigência da punição dos culpados.”

Assembléia Legislativa e a expansão do ensino superior público

Na Lei Orçamentária (LO) de 2002, o Executivo previu uma suplementação de verbas, num total de R\$ 50 milhões, destinada à expansão de vagas nas três universidades públicas paulistas, a qual, conforme acordado no Cruesp, deveria ser distribuída entre a USP, Unesp e Unicamp segundo as porcentagens usuais. Entretanto, no fim da tramitação da LO na Assembléia Legislativa foi apresentada uma série de emendas, sobre as quais nem as entidades do Fórum das Seis nem o Cruesp foram alertados. As emendas destinavam à Unesp parcelas ponderáveis dos recursos originalmente previstos para USP e Unicamp.

Assim, por ação, entre outros, de Milton Flávio, deputado pelo PSDB e professor do campus de Botucatu da Unesp, uma sub-emenda substitutiva (nº 54) canalizou R\$ 18 milhões para a Unesp, dos quais quase R\$ 13 milhões foram retirados da USP, com a argumentação de que aquela universidade criaria novos *campi* em cidades do interior.

Embora a Adusp não concorde com o congelamento de porcentagens “históricas” sob toda e qualquer circunstância, não é possível admi-

tir que, ao “apagar das luzes”, interesses pessoais condicionem o futuro do ensino superior.

Cobrar empenho

Por outro lado, é necessário cobrar das três universidades um empenho sério na expansão, consubstanciado em projetos fundamentados e amplamente discutidos com as comunidades externas e internas. No estudo apresentado pelo Cruesp em agosto de 2001, à guisa de proposta de expansão, nenhuma das três universidades havia cumprido tal tarefa, não havendo especificações sobre “sete *campi* da Unesp”, nem o que seriam os *campi* da USP na Zona Leste e no Centro, conforme análise do Fórum das Seis e dos DCEs colocada a público em dois documentos, no início do segundo semestre de 2001.

Tendo o ano de 2002 pela frente, Adusp, Sintusp e DCE cobrarão da USP uma proposta viável de expansão, em particular para iniciar o *campus* da Zona Leste paulistana, tão carente, e uma definição da situação da Poli-Cubatão. O novo *campus* de São Carlos, favorecido pela doação do terreno, não pode ser transformado em prioridade exclusiva.

Começar bem a gestão

No dia 29 de janeiro, uma comissão de professores, constituída, a pedido do DCE, pelos professores Franklin Leopoldo, Marilena Chauí, Lisete Arelaro, Jair Borin e Otaviano Helele, esteve reunida com o reitor Adolpho Melfi para argumentar contra a possível punição de estudantes que, de acordo com decisões de sua

assembleia, interferiram no processo de regulamentação das fundações então em curso no CO.

O professor Franklin Leopoldo, sendo o primeiro interlocutor, destacou a importância da ação dos estudantes para a rediscussão do papel das fundações. Foi enfatizado, por parte dos docentes presentes, que as penas que

estavam sendo aventadas para os estudantes tinham claramente características de punição política, já que pingaram da ação coletiva alguns para servirem de exemplos intimidatórios.

A Adusp espera que o reitor recém-empossado não aceite o legado complexo da gestão anterior nessa questão delicada, e comece a sua num

clima de interlocução profícuo com os três segmentos da universidade.

Não conseguimos nos lembrar de nenhum caso anterior de estudantes punidos pela Reitoria por causa de ações que decorreram de decisões políticas, mesmo quando essas ações foram consideradas excessivas por muitas pessoas. Esperamos que isso não ocorra agora.

Adusp apresenta dossiê sobre fundações em seminário na UFRJ

A convite da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj), o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, participou, como expositor, do debate sobre Autonomia Universitária e Financiamento realizado no dia 23/1, no campus da Ilha do Fundão.

Tratava-se do segundo dia do seminário “Uma outra UFRJ é possível”, promovido pela Adufrj, Sindicato dos Trabalhadores (Sintufrj), DCE e APG, por ocasião do processo de sucessão na Reitoria da UFRJ. O outro expositor foi José Francisco Xarão, pró-reitor de ensino da recém criada Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Ana Maria Ri-

beiro, coordenadora do Sintufrj, atuou como mediadora.

Xarão falou da experiência da criação da UERGS, que derrotou na Assembleia Legislativa a proposta de canalizar os recursos disponíveis para bolsas, com as quais os estudantes cursariam as instituições já existentes. No entanto, para sua criação foram necessárias concessões: a universidade foi criada como fundação pública de direito privado, com regime de trabalho regido pela CLT.

De acordo com o informativo da Adufrj, o pró-reitor “reconheceu a contradição em uma instituição pública e gratuita regida por uma fundação privada que contra-

ta professores e funcionários através da CLT e não pelo sistema jurídico dos servidores públicos do Estado”, mas “defendeu a experiência da instituição, que disse estar na contra-mão da linha do governo federal e de sua aposta no crescimento das instituições privadas de ensino superior”.

Privatização

O professor Ciro Correia tratou fundamentalmente da questão das fundações privadas, com base no dossiê publicado pela *Revista Adusp*, cujo trabalho foi elogiado em muitas intervenções do público. De acordo com a Adufrj, o dossiê consiste em “vasto material sobre uma

das formas mais perversas de financiamento introduzidas no meio universitário, peça-chave do processo de privatização das instituições de ensino e pesquisa”.

Vários participantes manifestaram preocupação com as entidades equivalentes na UFRJ (Bio-Rio, Parque Tecnológico, Projeto Incubadora de Empresas e Fundação José Bonifácio), as quais mereceriam ser objeto de levantamento semelhante. O informativo da Adufrj destacou, em sua edição de 28/1 (disponível na página www.adufrj.org.br), a exposição do presidente da Adusp e dos demais participantes do debate.

Congresso dos Trabalhadores em Educação aprova moção de solidariedade a Giannazi

O XXVIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), que reuniu 1.617 delegados em sua plenária final, aprovou moção de solidariedade ao vereador Carlos Giannazi, que vem sofrendo sanções do PT por ter votado contra a redução do percentual dos gastos com educação no município de São Paulo. Eis a íntegra da moção:

“O XXVIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE CUT, realizado entre 16 e 19 de janeiro de 2002, em Blumenau (SC), vem manifestar sua solidariedade e repúdio a qualquer tipo de punição ao professor e vereador Carlos Giannazi (PT-SP) que está provisoriamente suspenso da bancada do PT, não podendo exercer suas atividades le-

gislativas em nome do seu partido.

Além disso, a direção municipal do PT formou uma comissão de ética que irá discutir sobre outras punições ao vereador, ao até mesmo a expulsão.

O vereador Carlos Giannazi (PT) presidiu uma CPI da Educação contra a não aplicação dos 30% nas gestões de Maluf e Pitta, e coerente com a defesa histórica dos 30% da

educação, tanto pelo PT como pelo conjunto do movimento dos educadores, votou contra o projeto da prefeita Marta Suplicy, que reduziu de 30% para 25% as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Entendemos que a posição do vereador expressa a defesa de uma bandeira histórica, não só do PT, mas de todos os educadores do Brasil.”

Cruesp reduziu gastos com salários em 2001

Fevereiro ainda é um mês de férias escolares e apenas ao seu final teremos todos os colegas retomando plenamente as suas atividades na universidade. Mas nossa data base já desponta no horizonte e é importante que comecemos a ligar nossas antenas no processo de negociação.

A última planilha do Cruesp, com as receitas e despesas salariais em 2001, mostra que as três universidades estadu-

ais paulistas comprometeram 84,3% das liberações do Estado com salários. Um valor significativamente menor que a média de 87,2% observada entre 1995 e 2000. Se tomarmos aquela média como referência, em 2001 retirou-se da parcela de salários o equivalente a 39% de uma folha de pagamento. Tal recurso teria sido suficiente para elevar o reajuste de maio passado de 6,0% para 10,7%.

A diferença não é pequena,

tendo em vista que a inflação entre abril/00 e abril/01 foi de 7,1% pelo ICV-Dieese. Tanto mais, ainda, se considerarmos que até a data base em maio/2002 temos projetada uma inflação anual de 11,2%. Nestas condições, portanto, seria necessário um reajuste de 12,4% apenas para recuperar a inflação não reposta nos últimos dois anos.

Estamos preparando uma avaliação sobre o balanço de 2001 e o orçamento das univer-

sidades para 2002. Mas o desenrolar das negociações neste ano mostrou que o Cruesp conduz uma alteração na relação do comprometimento salarial nos repasses do Tesouro estadual às universidades, sem um correspondente acréscimo nos percentuais a elas destinados. Nossa experiência histórica ensina que, se não houver pressão da base, tal política seguirá seu curso e o poder aquisitivo dos salários permanecerá estagnado em patamares baixos.

Encerrado caso CERT x Geo

Com a lacônica manifestação “acolho o relatório de atividades do professor (...), para fins de permanência no RDIDP, nos termos da resolução 3533, de 22/06/89”, o professor Jacques Marcovitch encerrou em 23/11/01 a pendência entre a CERT e o Instituto de Geociências, quanto às ameaças de mudança de regime de trabalho que haviam sido feitas a quatro docentes e ainda permaneciam sobre dois deles.

Somente em 4/1/02 a decisão foi dada a conhecer aos interessados, professores Caetano Juliani e Gergely Szabó.

As ameaças causaram indignação entre docentes, alunos e funcionários do IG. O Reitor, embora não tenha acatado na época a manifestação da CERT pela mudança dos regimes de trabalho, manteve a ameaça, ao exigir os novos relatórios, agora aprovados. Esse procedimento manteve os colegas sob injusta e inaceitável pressão por mais de dois anos.

Estaduais da Paraíba e do Paraná em greve por melhores salários

A luta por ensino superior público de qualidade não terminou com o fim da greve nas universidades federais. Quando fechamos esta edição, no dia 31/1, docentes e funcionários da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) mantinham a greve iniciada há mais de 100 dias. Também no Paraná, docentes e funcionários das universidades estaduais de Maringá, Londrina e do Oeste do Paraná encontravam-se em greve há 135 dias.

Os docentes e funcionários da UEPB pediram, inicialmente, reajuste de 75,48%, que corresponde às perdas acumuladas desde 1994. Além disso, propuseram o aumento das verbas de custeio da universidade. Depois de meses de negociações, o movimento apresentou ao governo paraibano uma proposta salarial alternativa: a incorporação das gratificações (GAE e GAA) aos vencimentos. A nova proposta foi igualmente rejeitada pelo governo.

Superávit

“O governo de José Targino Maranhão não acena para negociação, usando a Lei de Responsabilidade Fiscal como argumento para não dar o reajuste, e agora vai pedir na justiça a ilegalidade da greve”, disse ao *Informativo Adusp* a professora Marlene Alves de Souza, presidente da Associação dos Docentes da UEPB. Marlene acrescenta que estudos do Dieese e do Sindifisco indicam que o Estado da Paraíba está em superávit e teria condições de atender às reivindicações.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também é o argumento do governador paranaense, Jaime Lerner, para não conceder o reajuste pretendido pelas universidades estaduais. A pauta inicial incluía um aumento de 50% nos salários de docentes e funcionários, o que corresponde às perdas causadas pela inflação dos últimos seis

anos. Após as negativas de Lerner, o movimento reduziu a porcentagem do reajuste para 30%.

“No entanto, o governo continua se negando a discutir nossas reivindicações enquanto estivermos parados”, declarou ao *Informativo Adusp* o professor Luis Gaziri, diretor da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina.

Reunião das IEES

O professor Osvaldo Coggiola representou a Adusp em reunião das Instituições Estaduais de Ensino Superior, que aconteceu nos dias 17 e 18 de janeiro em João Pessoa, com a finalidade de preparar a pauta das IEES para o Congresso da Andes. Além de manifestar o apoio da Adusp à greve dos colegas paraibanos, ele proferiu palestra sobre o financiamento e a autonomia das universidades estaduais.

Assembléia Geral da Adusp 19 de fevereiro, terça-feira

Pauta: • eleição de delegados ao Congresso da Andes (23 a 28/2)
• campanha salarial

Auditório da História, 17 horas. Contamos com você!